

Cúpula da Polícia Civil consegue receber diferenças de anuênios atrasadas. Bolada é de R\$ 200 mil. Mas os quatro mil policiais que também têm direito só receberão o dinheiro parcelado em 32 meses

Discriminação no contracheque

MARIA FERREIRA
PAOLA LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

Os três principais ocupantes de cargos do alto escalão da Polícia Civil do Distrito Federal receberam, em março, cerca de R\$ 200 mil em benefícios a que toda a categoria tem direito. O extra no salário era resultado de diferenças de anuênios atrasadas, correspondentes ao período de março de 1995 a dezembro de 2000. O chefe de Polícia Civil, Laerte Rodrigues Bessa levou R\$ 76 mil; o chefe adjunto, João Rodrigues dos Santos, R\$ 85 mil; e o então assessor da Secretaria de Segurança Pública — hoje ouvidor da Polícia Civil — Túlio Roriz embolsou R\$ 44 mil. Aos outros quatro mil policiais que também deveriam receber a diferença, o GDF ficou devendo mais de R\$ 97 milhões, fora as correções.

Denunciados pelo deputado distrital Paulo Tadeu (PT) no plenário da Câmara Legislativa na tarde de ontem, os privilégios foram confirmados pelo sindicato da categoria e pela própria polícia. O parlamentar petista entregou hoje representações ao Ministério Público do DF, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do DF. “Isso é um absurdo. Houve uma clara discriminação e falta de isonomia entre a cúpula que toma as decisões e os demais servidores, que não contaram com a rapidez do delegado Bessa para atender seus pleitos”, afirmou Paulo Tadeu.

Representante da categoria na Câmara Legislativa, o deputado Fábio Barcellos (PL) preferiu não comentar a decisão da direção da polícia. Mas desde o início da semana tem se reunido com os policiais para tentar garantir o pagamento dos demais integrantes da

corporação. “Consegui que o pagamento de agentes, peritos e escrivães seja feito a partir do próximo contracheque”, disse Barcellos.

Além dos três diretores, outros 23 policiais da cúpula tiveram o pagamento do benefício publicado no Diário Oficial do DF em um valor total de R\$ 2,3 milhões. A lista é composta em sua maioria por delegados e alguns dos processos tramitaram dentro da Polícia em menos de uma semana.

Insatisfação

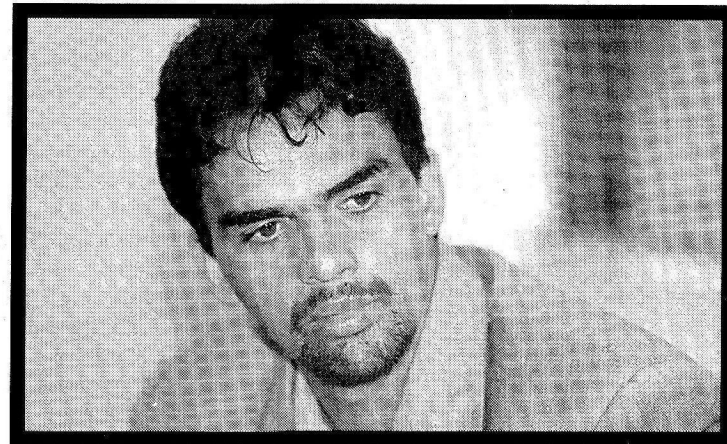
Os anuênios atrasados são direito de todos os policiais que estão na carreira entre março de 1995 e novembro de 2000. Um parecer da Procuradoria do DF entendeu como legítimo o pagamento da diferença. Na época, o GDF calculou o 1% do anuênio em cima apenas do salário base, quando deveria tê-lo feito sobre a soma do salário base com uma gratificação depositada pelo GDF

no período.

De acordo com o diretor de Comunicação da Polícia Civil, Miguel Lucena, os diretores conseguiram a liberação do benefício porque entraram com um processo administrativo, para abrir um precedente para os outros pagamentos. “O governo estava demorando a corrigir os valores e essa foi uma estratégia para agilizar o processo. O chefe da polícia, Laerte Bessa, por exemplo, não mexeu no dinheiro. Só vai utilizá-lo depois que o governo pagar toda a classe”, afirmou.

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), Wellington Luiz de Souza, disse que o pagamento preferencial aos diretores causou insatisfação à entidade e à classe policial. “O direito dos policiais é indiscutível. Isso foi imoral”, reclamou. Mas o sindicato espera pareceres jurídicos para saber se a medida foi legal. “Estávamos dando prioridade à

Lindauro Gomes 10.5.01



PAULO TADEU DENUNCIOU O PRIVILÉGIO: “HOVE FALTA DE ISONOMIA”

solução do problema. Se confirmarmos alguma irregularidade, tomaremos providências”, prometeu.

Na tarde de ontem, o sindicalista recebeu um ofício de Laerte Bessa, informando que duas parcelas da dívida serão depositadas

no próximo pagamento. O documento informa ainda que o restante será pago em até 32 meses. Miguel Lucena confirmou a informação e acrescentou que os pagamentos não foram feitos antes a toda a classe porque faltou dinheiro nos cofres públicos.